

Recibo Eletrônico de Protocolo - 11755370

Usuário Externo (signatário): LUCIA LADISLAVA WITCZAK
IP utilizado: 200.203.38.92
Data e Horário: 12/11/2020 16:51:28
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: 10264.108804/2020-61
Interessados:

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):**- Documento Principal:**

- Requerimento Requerimento MR059433-2020 11755365

- Documentos Complementares:

- Complemento Procuração Sindicato Patronal 11755366

- Complemento Procuração Federação 11755367

- Complemento Procuração Sindicato Profissional 11755368

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério da Economia.

AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR059433/2020

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, localizado(a) à Rua General Frota - até 2425/2426, 2105, Centro, Taquara/RS, CEP 95600-024, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK, CPF n. 012.611.350-59, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 20/04/2018 no município de Taquara/RS;

E

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS E DE SERVICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.965.516/0001-99, localizado(a) à Avenida Alberto Bins - até 715 - lado ímpar, 665, 13º andar, Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90030-142, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK, CPF n. 012.611.350-59, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 02/07/2018 no município de Porto Alegre/RS;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, CNPJ n. 91.110.585/0001-58, localizado(a) à Rua Alfredo Felipe Kraemer, 424, predio, Petrópolis, Taquara/RS, CEP 95600-000, representado(a), neste ato, por seu(s) PROCURADOR(ES), Sr(a). ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS, CPF n. 430.572.090-68, conforme procuração para este fim anexada ao presente documento e deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 06/02/2020 no município de Igrejinha/RS;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 16, de 2013, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério da Economia, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR059433/2020, na data de 12/11/2020, às 11:09.

Taquara, 12 de novembro de 2020.

LUCIA LADISLAVA WITCZAK
Procurador

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

LUCIA LADISLAVA WITCZAK
Procurador

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS E DE SERVICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS
Procurador

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR059433/2020

DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO: 12/11/2020 ÀS 11:09

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA, CNPJ n. 97.763.494/0001-06, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK;

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS E DE SERVICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 92.965.516/0001-99, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). LUCIA LADISLAVA WITCZAK;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, CNPJ n. 91.110.585/0001-58, neste ato representado(a) por seu Procurador, Sr(a). ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio**, com abrangência territorial em **Igrejinha/RS, Parobé/RS e Três Coroas/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS MÍNIMOS PROFISSIONAIS

I – Empresas em Geral

I.1) Ficam mantidos os salários mínimos profissionais instituídos em **1º de março de 2019, no período de 1º de março de 2020 a 31 de outubro de 2020**, nos seguintes valores:

A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões): R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais);

B) Empregados que percebem salário fixo: R\$ 1.303,00 (um mil trezentos e três reais);

C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”: R\$ 1.274,00 (um mil duzentos e setenta e quatro reais);

I.2) A partir de **1º de novembro de 2020**, ficam ajustados os seguintes salários mínimos profissionais:

A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões): R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais);

B) Empregados que percebem salário fixo: R\$ 1.354,00 (um mil trezentos e cinquenta e quatro reais);

C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”: R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais).

II – Empresas que tenham como atividade principal uma das a seguir relacionadas - a) comércio varejista de material de construção, b) comércio varejista de eletrodomésticos, e c) comércio varejista de computadores, notebooks, laptops e produtos de informática

Os valores dos salários mínimos profissionais, a partir de 1º de março de 2020, são os seguintes:

A) Empregados que percebem exclusivamente comissões ou salários mistos (fixo + comissões): R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais);

B) Empregados que percebem salário fixo: R\$ 1.354,00 (um mil trezentos e cinquenta e quatro reais);

C) Encarregado de serviço de limpeza, aprendiz e “office-boy”: R\$ 1.324,00 (um mil trezentos e vinte quatro reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores fixados no caput somente são devidos após 30 dias de trabalho efetivo na empresa.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL 2020

Os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão majorados conforme segue:

A – Empresas em Geral:

Em 1º de novembro de 2020 no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a incidir sobre os salários percebidos em 1º de março de 2019.

B – Empresas que tenham como atividade principal uma das a seguir relacionadas: a) comércio varejista de material de construção, b) comércio varejista de eletrodomésticos, e c) comércio varejista de computadores, notebooks, laptops e produtos de informática:

Em 1º de março de 2020 no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a incidir sobre os salários percebidos em 1º de março de 2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base. Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste
MARÇO de 2019	3,92%
ABRIL de 2019	3,13%
MAIO de 2019	2,51%
JUNHO de 2019	2,36%
JULHO de 2019	2,35%
AGOSTO de 2019	2,25%
SETEMBRO de 2019	2,17%
OUTUBRO de 2019	2,17%
NOVEMBRO de 2019	2,13%
DEZEMBRO de 2019	1,58%
JANEIRO de 2020	0,36%
FEVEREIRO de 2020	0,17%

PARÁGRAFO SEGUNDO - Poderão ser compensados nos reajustes previstos no caput os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o prazo de vigência da convenção coletiva anterior e até a data prevista para o reajuste salarial no presente instrumento, exceto os provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

CLÁUSULA QUINTA - DIFERENÇAS SALARIAIS

As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão pagas na forma de abono, sem repercussão nas parcelas de natureza salarial e deverão ser satisfeitas, em até duas parcelas, a serem pagas nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, podendo ser antecipada pelas empresas, a seu critério.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em caso de determinação pelas autoridades constituídas, sejam municipais, estaduais ou federais, da interrupção do atendimento de público nos estabelecimentos comerciais em razão da Pandemia provocada pelo COVID-19, ficará suspenso o pagamento das diferenças, que serão satisfeitas junto com a folha de pagamento do mês de retorno das atividades.

CLÁUSULA SEXTA - DO ABONO COMPENSATÓRIO

Os empregados das empresas em geral que somente em novembro de 2020 tiverem seus salários reajustados pelo índice de variação do INPC no período revisando terão direito ao pagamento de abono compensatório equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor que faria jus, caso o salário fosse reajustado em 1º março de 2020 no percentual de 3,92%.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - ENVELOPES DE PAGAMENTO

O empregador fica obrigado a fornecer a seus empregados, no ato do pagamento dos salários, discriminativo de pagamentos e descontos efetuados, através de cópia dos recibos ou envelopes de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES

Os empregadores que remunerarem os seus empregados a base de comissões, ficam obrigados a anotar na CTPS dos mesmos ou em contrato individual o percentual a ser aplicado para o cálculo das comissões.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso seja impraticável o cumprimento do disposto no caput, face a grande diversidade de percentuais, as empresas poderão substituir a anotação na CTPS ou contrato pela entrega ao empregado da tabela de comissões.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O empregador será obrigado a efetuar o pagamento de salários, horas extras e comissões em uma única vez, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA DÉCIMA - IGUALDADE SALARIAL

Não poderá haver desigualdade entre homens e mulheres que prestam serviços ao mesmo empregador, exercendo função idêntica, com o mesmo tempo de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ISONOMIA SALARIAL

Admitido empregado para função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido aquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MERCADORIAS DEVOLVIDAS

O empregador não poderá descontar ou estornar da remuneração das comissões dos empregados valores relativos a mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação da venda, desde que cumpridas as normas internas para as mesmas, que deverão ser de prévio conhecimento do vendedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DESCONTOS DE CHEQUES

As empresas não poderão descontar de seus empregados que exerçam funções de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem coberturas ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para a aceitação de cheques, as quais deverão constar de um documento com a ciência prévia do empregado, que receberá cópia do mesmo. A inexistência da ciência do empregado no documento impossibilitará o desconto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ATRASOS AO SERVIÇO

Em caso de atraso do empregado no horário de serviço, sendo permitido o trabalho naquele dia, fica o empregador impedido de descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECOLHIMENTO DO FGTS

As empresas recolherão o FGTS, com base no total da remuneração do empregado, devendo entregar aos mesmos os extratos fornecidos pelo banco.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

É concedida uma gratificação á título de QUEBRA DE CAIXA a todos os empregados que exercem a função de caixa, exclusivamente, no valor de 10% (dez por cento), do salário efetivamente percebido, ficando ajustado, porém, que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUINQUÊNIO

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional representada pelo sindicato acordante um adicional de 3% (três por cento) para cada cinco anos de trabalho efetivo, ininterrupto, para o mesmo empregador, a qual incidirá sobre o salário efetivamente percebido pelo empregado, ficando esclarecido que para os empregados que recebem salário fixo e comissão, o adicional incidirá sobre o total percebido (salário fixo + comissão).

PARÁGRAFO ÚNICO - O tempo de serviço do empregado demitido e readmitido em menos de 30 (trinta) dias pelo mesmo empregador será considerado para fins de pagamento do quinquênio, como ininterrupto.

Comissões

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMMISSIONISTA

a) HORA EXTRA

A remuneração da hora extra do comissionista terá por base o valor das comissões auferidas no mês, dividido pelo total de horas normais trabalhadas, acrescentando-se ao resultado o adicional de horas extras.

b) REPOUSO SEMANAL

Fica assegurado ao empregado comissionista o valor do seu repouso semanal remunerado, além da remuneração já ajustada, o qual será calculado tendo por base de cálculo o total das comissões auferidas no mês dividido pelos dias trabalhados pelo empregado e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus.

c) FALTAS E ATESTADOS MÉDICOS

Para os empregados que recebem apenas comissão, os dias de faltas justificadas ou não, e os atestados médicos, serão descontados ou pagos, com base de cálculo do total das comissões auferidas no mês, divididos pelos dias trabalhados pelo empregado, e multiplicando pelo total dos mesmos.

d) AVISO PRÉVIO/GRATIFICAÇÃO NATALINA/FÉRIAS

O **aviso prévio**, a **gratificação natalina** e as **férias vencidas** (gozadas ou indenizadas), e as **férias proporcionais** (paga quando da rescisão contratual), serão calculados com base na média aritmética das comissões percebidas nos últimos doze meses anteriores, devidamente atualizadas mês a mês, pela variação do INPC entre o mês a que se referem as comissões e o mês anterior ao da satisfação da parcela.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As importâncias pagas pelo empregador a seus empregados, a título de auxílio-alimentação, não integrarão o salário dos mesmos, para quaisquer efeitos legais.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA VIGÉSIMA - VALE TRANSPORTE

As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados o Vale-Transporte.

Auxílio Educação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO CRECHE

Os empregados que tenham filhos menores de 6 (seis) anos de idade completos terão direito a um auxílio-creche mensal equivalente a **10%** (dez por cento) do salário dos empregados enquadrados na cláusula 3ª, Item I e II, alínea "B" supra, por filho, independentemente de qualquer comprovação de despesa, ficando, ajustado, porém, que dito valor não fará parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica isento do pagamento referido no caput os Empregadores que mantenham creches próprias ou conveniadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O casal que for empregado de uma mesma empresa fara jus, tão somente, a uma cota de auxílio-creche, por filho matriculado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O auxílio creche não será devido às empregadas, durante o período de gozo do auxílio maternidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ESCOLAR

As empresas ficam obrigadas a pagar a seus empregados estudantes, quando matriculados em cursos oficiais de ensino e comprovada a frequência regular, um auxílio-escolar, anual, em quantia equivalente a **50%** (cinquenta por cento) do salário dos Empregados mencionados na cláusula terceira, nos item I e II, alínea 'B', desta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que comprovada a frequência ao curso, ficando acertado, porém, que dita importância não fará parte integrante do salário dos mesmos, para qualquer efeito legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor total do auxílio estabelecido no caput, referente a data base de 2020 deverá ser pago, em até três parcelas, nos meses de abril, maio e junho 2021. Já o referente a da base de 2021, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam isentos do pagamento referido no caput os empregadores que mantém tal tipo de auxílio a seus empregados, garantido, no entanto, o valor mínimo acima acordado. Afora isto, o empregado que tenha o seu contrato de trabalho rescindido e que já tenha recebido o auxílio escolar não fará jus a novo pagamento de empregador diverso que por ventura venha o admitir.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento de empregado, pagará a empresa aos beneficiários do mesmo, um auxílio funeral equivalente a dois salários normativos da função por ele exercida, vigente, à época do fato, ficando, no entanto, dispensadas de tal pagamento as empresas que mantiverem seguro de vida em grupo para os seus empregados.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PERÍODO EXPERIMENTAL

O contrato de experiência não poderá ser celebrado por prazo inferior a 15 (quinze) dias, devendo as empresas fornecer cópia do mesmo, quando da admissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO

As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do empregado da função exercida no estabelecimento.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTOS EM SEXTAS-FEIRAS OU VÉSPERA DE FERIADO

O pagamento de salário ou rescisão contratual, quando em sexta-feira ou véspera de feriado, deverá ser feito em moeda corrente nacional ou através de depósito bancário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - JUSTA CAUSA

O empregador fica obrigado, em caso de rescisão por justa causa, fornecer aos empregados demitidos, quando solicitado, documento que especifique a falta grave que teria motivado a respectiva despedida.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

- a) Aos empregados integrantes da categoria, fica assegurado, um aviso prévio de 30 (trinta) dias, com um acréscimo de 05 dias resultantes da soma dos 03 (três) dias estabelecidos na legislação vigente (Lei 12.506/2011), com 02 (dois) dias, estabelecido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a serem pagos por ano de trabalho ou fração igual ou superior a 06 meses, até o máximo de 60 (sessenta dias), perfazendo um total de 90 (noventa) dias.
- b) O acréscimo de dias descrito na alínea 'a' só será devido pelo empregador se a demissão for efetuada por este.
- c) Se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, poderá o empregado, durante o aviso prévio, optar pela redução de 02 (duas) horas no início ou no fim da jornada de trabalho.
- d) Os empregadores que exigirem de seus empregados o cumprimento do aviso prévio sem comparecimento ao trabalho, deverão fazê-lo por escrito.
- e) O empregado que, em cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de outro emprego, terá direito de se desligar da empresa de imediato, percebendo os dias trabalhados no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.
- f) Ficam proibidas alterações das condições de trabalho, inclusive no local do mesmo, durante o aviso prévio, dado por qualquer das partes, salvo em caso de reversão ao cargo efetivo de empregado que exercer cargo de confiança, sob pena de rescisão imediata do contrato de trabalho, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso prévio.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas fornecerão a seus empregados a cópia do contrato de trabalho, desde que o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS

Quando requerido, o empregador fica obrigado a entregar ao empregado demitido a relação dos seus salários durante o período trabalhado ou incorporado no Atestado de Afastamento e salários (AAS), de acordo com o formulário oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento do aviso prévio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - IMPOSTO DE RENDA

É obrigação do empregador fornecer a seus empregados, no caso de rescisão de contrato, a informação anual de rendimentos, para fins de imposto de renda.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DEVOLUÇÃO DA CTPS

As empresas devolverão a CTPS do empregado, devidamente anotada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua entrega ao empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTAGIÁRIOS

Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários no percentual máximo de 10% (dez por cento) do seu quadro de empregados.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estejam relacionadas com a sua formação profissional e curricular.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ASSENTOS E LOCAIS PARA REFEIÇÕES

É obrigação do empregador colocar assentos nos locais de trabalho, para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público. Deverão, ainda, manter, quando não dispensarem seus empregados pelo período necessário para fazerem o lanche ou a refeição, local apropriado e em condições de higiene para tal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MAQUIAGEM

As empresas que exigirem que as empregadas trabalhem maquiadas fornecerão o material necessário, adequado à tez da funcionária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES

O empregador, que exija o uso de uniforme, ficará obrigado ao fornecimento deste, gratuitamente, em quantidade total de 2 (dois) por ano.

PARÁGRAFO ÚNICO- Todo o uniforme fornecido além daqueles mencionados no caput serão cobrados dos empregados, cujo valor correspondente será descontado em folha de pagamento.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EMPREGADA GESTANTE

A empregada que, quando demitida, julgar estar em estado gravídico, deverá apresentar-se à empregadora para ser readmitida, se for o caso, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a concessão do aviso prévio, sob pena de nada mais poder postular em termos de readmissão, reintegração, salários correspondentes, salário maternidade ou garantia provisória de emprego, entendendo-se a última inexistente após o prazo máximo antes previsto.

PARÁGRAFO ÚNICO- A empregada gestante terá o seu ponto abonado durante 1(um) dia por mês, no caso de consulta médica, devidamente comprovada por declaração médica ou carteira de gestante.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACIDENTE DE TRABALHO/ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Assegura-se ao empregado, que vier a sofrer acidente de trabalho, o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após o encerramento do auxílio doença.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para que ocorra a concessão da estabilidade referida acima é necessário o funcionário ter ficado afastado mais de 15 dias e ter recebido o auxílio doença.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade no emprego no período de 12 (doze) meses anteriores à aposentadoria por idade, por tempo de serviço ou especial, desde que haja comunicação escrita à empresa, pelo interessado.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONFERÊNCIA DO CAIXA

O empregador fica obrigado a proceder a conferência do caixa à vista do empregado por ele responsável, sob pena de não lhes serem facultadas quaisquer posteriores compensações por eventuais diferenças.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

O EMPREGADOR deverá fornecer aos empregados o comprovante de recebimento de quaisquer documentos que por estes lhes sejam entregues, desde que solicitados.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e as excedentes com um acréscimo de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - BALANÇOS E INVENTÁRIOS

Quando a empresa realizar balanços ou inventários, deverá fazê-lo dentro do horário normal do trabalho, ou, quando realizadas fora do mesmo, as horas correspondentes deverão ser pagas com os adicionais previstos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONFERÊNCIA DE CAIXA - HORAS EXTRAS

As horas dispendidas na conferência de caixa, quando realizadas após a jornada normal de trabalho, deverão ser consideradas como extraordinárias.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE HORAS

O empregador fica autorizado a ultrapassar a duração normal diária de trabalho, respeitado o limite diário e semanal legal, visando a compensação de horas não trabalhadas, sem que este acréscimo seja considerado como trabalho extraordinário, respeitada a seguinte sistemática.

- a) O número máximo de horas a serem compensadas, dentro do período de 90 (noventa) dias, será de 90 (noventa) horas por empregado.
- b) As horas excedentes ao limite previsto na letra 'a' serão pagas com o adicional de horas extras previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- c) Caso o Empregador dispense o Empregado do trabalho em algum dia ou parte dele, as horas correspondentes deverão ser pagas normalmente no mês da dispensa ficando, no entanto, este com um saldo devedor de horas, que será compensado com eventual saldo credor de horas.
- d) A compensação dar-se-á sempre de segunda feira a sábado.
- e) Em caso de rescisão contratual, por iniciativa do empregado, antes do fechamento do período estipulado na letra 'a', eventual débito de horas do mesmo para com o empregador será descontado das parcelas rescisórias que o mesmo tenha direito. Eventual crédito a seu favor será pago, com o acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.
- f) Na hipótese em que a rescisão do contrato de trabalho for da iniciativa do empregador, antes do fechamento do período mencionado na letra 'a', eventual débito de horas do

empregado não poderá ser descontado do mesmo e eventual crédito a seu favor será pago, com acréscimo previsto na presente Convenção Coletiva de Trabalho, juntamente com as parcelas rescisórias.

g) A faculdade estabelecida “caput” aplica-se a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, excetuadas as gestantes em locais insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT. O sindicato profissional acordante, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa informações referente ao acompanhamento médico dos empregados que realizam jornada compensatória em atividade insalubre.

h) Durante o estado de calamidade pública decorrente da Covid-19 também poderão ser adotados os regimes especiais de compensação horária previstos na convenção coletiva específica da categoria para enfrentamento da pandemia, obedecidas as condições nelas especificadas.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - INTERVALOS ENTRE TURNOS

O intervalo entre um turno e outro, para almoço, não poderá ser inferior a 1(uma) hora, e nem superior a 2 (duas) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - INTERVALO PARA LANCHES

Os intervalos usados para lanche serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho dos integrantes da categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - INTERVALO DE DESCANSO NA COMPUTAÇÃO

Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional que trabalhem exclusivamente em computação, para cada 90 (noventa minutos) de trabalho, um intervalo de descanso de 10 (dez minutos), sem compensação da duração da jornada normal.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - REGISTRO DE JORNADA

As empresas têm a obrigação de utilizar livro-ponto ou cartão mecanizado, com obrigatoriedade do empregado registrar sua presença no trabalho, consignando o horário de início e de término de cada turno da jornada, bem como a jornada extraordinária.

Faltas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ABONO DE FALTAS PARA CONSULTAS MÉDICAS

O empregador fica obrigado a abonar as faltas ao serviço do empregado no caso de consulta médica ou internações hospitalares de seus filhos, menores de 07 (sete) anos de idade ou excepcionais, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 06 (seis) faltas por ano.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CURSOS E REUNIÕES

Os cursos e reuniões promovidos pelo empregador, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou considerados como trabalho extraordinário, se realizados após.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO ESTUDANTE

O Empregado estudante, matriculado em escola oficial ou reconhecida, em dia de realização de provas finais de cada semestre ou quando da prestação de exames vestibulares, será dispensado de seu ponto durante meio turno, desde que comunicado o empregador, com 10 (dez) dias de antecedência e comprovada a realização da prova até 48 (quarenta e oito) horas após.

O empregado estudante poderá rejeitar a prorrogação da jornada, caso ela venha a prejudicar lhe a frequência às aulas e/ou exames escolares.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL

Fica estabelecido que na terça-feira de carnaval as empresas não poderão utilizar a mão de obra de seus empregados, salvo previsão em sentido contrário em Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato empresarial.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - TRABALHO EM FERIADOS

É proibido o trabalho de empregados nos feriados nos estabelecimentos comerciais representados pelos sindicatos acordantes, salvo disposição em sentido contrário prevista em Acordo Coletivo de Trabalho com a participação do sindicato patronal respectivo.

Parágrafo único – Nos feriados de 15 de fevereiro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021, o trabalho de empregados fica limitado as empresas empregadoras que aderiram a convenção coletiva especial de trabalho firmada em 21/04/2020 pelos sindicatos ora convenientes e registrada sob n. RS000596/2020.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS

O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.

Parágrafo Único - É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

As empresas pagarão 50% (cinquenta por cento) do 13º salário a seus empregados, que o requererem, até o 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso de férias, salvo em caso de férias coletivas.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado que se demite antes de complementar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais, a razão de $\frac{1}{2}$ da respectiva remuneração mensal, a partir de 15 (quinze) dias trabalhados dentro do mês.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas aceitarão atestados de doenças fornecidos por médicos particulares, desde que conveniados com a previdência social, para justificativa de faltas ao serviço.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - QUADRO MURAL

O empregador deverá permitir a colocação de um quadro mural de avisos, em local visível, preferencialmente junto ao relógio-ponto, destinado à fixação dos informes relativos às atividades desenvolvidas pelo sindicato profissional acordaante.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - RELAÇÃO DE ADMITIDOS E DEDITIDOS

Os empregadores deverão encaminhar ao sindicato profissional acordante cópia das relações de empregados admitidos e demitidos, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - MENSALIDADE SINDICAL

Ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados, associados do sindicato profissional acordante, a importância mensal fixada em assembleia geral. Tal valor deverá ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, através de guias próprias a serem fornecidas pelo mesmo ou outra forma de cobrança a ser aprovada na assembleia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a efetivação dos descontos mencionados no caput, deverá o sindicato profissional acordante entregar aos empregadores a relação de associados, bem como a autorização dos mesmos para o desconto em folha, conforme disposto no art. 545 da CLT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÕES NEGOCIAIS/VIGÊNCIA

Fica prevista que as Contribuições Assistenciais poderão ser cobradas após a vigência da presente Convenção, contudo, somente após o fechamento da Convenção.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - GUIAS CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas encaminharão ao sindicato profissional acordante cópias das guias de contribuição sindical acompanhada da relação nominal dos empregados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o respectivo recolhimento.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL DOS EMPREGADOS

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Taquara ajusta o pagamento por empregados por ele representados e alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, de contribuição

negocial instituída na forma do art. 513, “e”, da CLT, respeitado o disposto no art. 611-B, XXVI, do mesmo diploma legal.

PARÁGRFO PRIMEIRO - Os empregadores descontarão de seus empregados, a título de contribuição negocial, a importância correspondente a 1 (um) dia de salário do piso dos empregados em geral, nos meses de **JANEIRO/2021 e FEVEREIRO/2021**, recolhendo os respectivos valores aos cofres do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA, até o 5º dia útil do mês subsequente ao do desconto, sob pena das cominações previstas no art. 600, da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As contribuições em favor do sindicato dos empregados, previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empregado que pretenda a devolução das mesmas, serão de responsabilidade exclusiva do sindicato dos empregados, que assume a responsabilidade pela devolução dos valores em tais casos, exceção feita a eventuais indenizações em caso de dolo ou de culpa do empregador na efetuação dos descontos judicialmente contestados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O sindicato dos empregados consigna que conforme deliberado na assembleia da categoria profissional é assegurado o direito de oposição pelo empregado, manifestado individualmente e por escrito à entidade sindical conveniente, em até 10 dias da publicação pela entidade laboral do extrato da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) em jornal de circulação da área de abrangência da CCT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

As empresas, representadas pelo **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana**, ficam obrigadas a recolher a título de contribuição assistencial/negocial, **em única parcela, até o dia 31 de dezembro de 2020**, mediante guias próprias em estabelecimentos bancários indicados, os valores fixados conforme a tabela abaixo.

As empresas que não possuem empregados ficam obrigadas ao recolhimento da contribuição assistencial/negocial mínima, no valor de R\$ 106,00 (cento e dois reais e trinta centavos), até o dia 31 de dezembro de 2020. Já as demais empresas ficam obrigadas ao recolhimento dos valores indicados na tabela abaixo:

Nº de Empregados:	Valor a pagar:
Vencimentos: 31/12/2020	
Nenhum empregado	R\$ 106,00
De 01 a 05 empregados	R\$ 280,00
De 06 a 10 empregados	R\$ 560,00
De 11 a 14 empregados	R\$ 840,00
Acima de 15 empregados	R\$ 1.500,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Empresas associadas ao **Sindicato do Comércio Varejista do Vale do Paranhana** ficam isentas do recolhimento da contribuição assistencial/negocial fixada na presente cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição assistencial será aplicada em benefícios assistenciais para a categoria, para implementação de programas de desenvolvimento do comércio em geral e para atender as despesas oriundas da presente Convenção Coletiva de Trabalho (editais e publicações, honorários profissionais, assembleias gerais extraordinárias).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica estabelecido que qualquer discussão que envolva a contribuição em favor do sindicato das empresas prevista nesta cláusula é de responsabilidade exclusiva do sindicato patronal, restando indene o sindicato laboral.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL

No ato homologatório da rescisão contratual o empregador deverá apresentar as guias de Contribuição Sindical e Assistencial, referentes à última Convenção Coletiva de Trabalho vigente, recolhidas em favor das entidades convenientes ou a Certidão de Regularidade Sindical fornecida por estas.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DIVULGAÇÃO DO PLR

As PARTES CONVENIENTES se comprometem a divulgar e incentivar os seus associados referente à lei da participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÃO DE CIPA

As empresas deverão comunicar ao sindicato profissional acordante, com antecedência de 30 (trinta) dias, a eleição da CIPA.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - MULTAS

As empresas que descumprirem qualquer das cláusulas do presente acordo, que contenham obrigação de fazer, exceto aquelas que já tenham multa especificada, e uma vez notificadas para cumprimento, não o fazendo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sofrerão uma multa no valor de 8 % (oito por cento) do salário previsto na letra "A", da cláusula 3 supra, por empregado prejudicado, pagas através do primeiro conveniente.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO

O processo de revisão ou prorrogação da presente Convenção Coletiva de Trabalho far-se-á mediante provocação por escrito de qualquer uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias) do término de sua vigência, através da negociação direta entre os convenientes.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES

Os sindicatos acordantes estabelecem que irão retomar as negociações a partir de 1º de abril de 2021 para negociação das cláusulas de natureza econômica.

LUCIA LADISLAVA WITCZAK

Procurador

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DO VALE DO PARANHANA

ELVIO DE OLIVEIRA VARGAS

Procurador

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TAQUARA

LUCIA LADISLAVA WITCZAK

Procurador

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS E DE SERVICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

ANEXOS

ANEXO I - ATA SEC TAQUARA

[Anexo \(PDF\)](#)